

Sarney quer que Congresso possa tirar ministro

Brasília — Luís Antônio Ribeiro

BRASÍLIA — Para derrubar a proposta de parlamentarismo da Comissão de Sistematização, o presidente José Sarney está oferecendo ao Congresso um poder que ele nunca teve no presidencialismo puro: o poder de censurar (derrubar) ministros de Estado civis, nomeados pelo presidente da República. O parlamentarismo é um dos seis pontos do substitutivo do relator Bernardo Cabral que o presidente está empenhado em derrubar e para isso está, desde sábado, em reunião permanente com os líderes da aliança democrática.

Sarney considera inegociáveis, além do presidencialismo, a manutenção do atual papel das Forças Armadas e uma reforma tributária que, além de dividir os recursos, divida também as tarefas entre a União os estados e os municípios. Ele quer mudar o capítulo da reforma agrária — não aceita o prazo de 90 dias para a imissão automática na posse da terra e quer adotar o sistema mexicano, em que o expropriado conserva 1/3 da propriedade —, o conceito de empresa nacional e a anistia aos militares cassados, para que não haja reintegração às fileiras das Forças Armadas.

Ofensiva — A ofensiva do Palácio do Planalto começou neste último sábado quando Sarney se encontrou, no Palácio da Alvorada, com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e decidiu concentrar esforços no convencimento dos 93 integrantes da Sistematização. Naquele mesmo dia, acompanhado pelo Chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes, do Chefe do Gabinete civil, Ronaldo Costa Couto e pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, ele se reuniu com os líderes do "Centro Democrático", deputados Alberico Cordeiro, Prisco Viana e Expedito Machado.

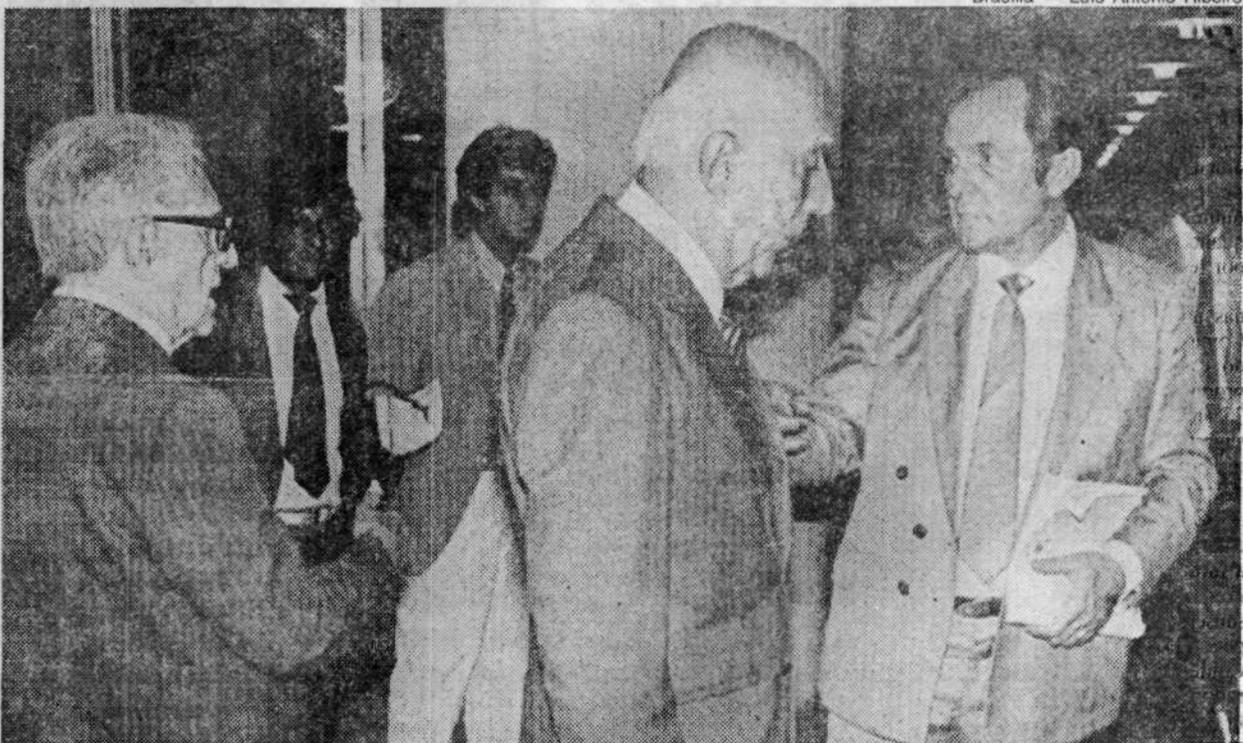
Ontem, após o almoço no Alvorada, o presidente Sarney recebeu o senador José Richa. À tarde, no Palácio do Planalto, reuniu por duas horas, em seu gabinete, os líderes do PMDB, Luiz Henrique, do governo, Carlos Sant'Anna, e do PFL, José Lourenço, além do deputado Prisco Viana, os ministros Ivan Mendes, Ronaldo Costa Couto e o consultor Saulo Ramos. À noite, no Alvorada, recebeu a cúpula do PFL: o ministro Aureliano Chaves, o senador Marco Maciel e o líder Carlos Chiarelli.

Saulo Ramos explicou que a proposta do presidente Sarney de fortalecimento do Congresso prevê, além de restaurar a plenitude das prerrogativas de deputados e senadores, o poder do Congresso de censurar ministros de Estado. "Se um ministro não vai bem, o Congresso pode aprovar um voto de censura que pode ser, entretanto, vetado pelo presidente da República. Com um outro quórum, mais qualificado, o Congresso pode manter a censura e o ministro cai", explicou.

Cabral não muda — "Vou manter o parlamentarismo no anteprojeto de Constituição porque senão seria uma incoerência", afirmou Bernardo Cabral. "Não vai haver emenda presidencialista", assegurou.

Os líderes do PMDB, Fernando Henrique Cardoso (Senado) e Luiz Henrique (Câmara), foram à tribuna defender o anteprojeto. O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, abraçou o relator diante dos fotógrafos e o chamou para uma conversa no gabinete. Cabral mostrava-se, no final do dia, sensibilizado pelas manifestações dos companheiros de partido. "Tenho uma biografia, não posso ser julgado por atos isolados".

Cabral anunciou que só aceitará emendas que representem consenso. Explicou que, na elaboração do texto que irá ao plenário, vai partir de três pontos: seu anteprojeto; a proposta do jurista Miguel Reale Júnior, assessor de Ulysses; e o trabalho do "Grupo dos 32", coordenado pelos senadores José Richa (PMDB-PR) e José Fogaça (PMDB-RS). O acabamento será dado pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), o mais ilustre parlamentarista da Constituinte.



Cabral, que recebeu solidariedade de Ulysses e Arinos, disse que tem nome a zelar

Cabral protesta contra crítica

O deputado Bernardo Cabral enviou ao JORNAL DO BRASIL a seguinte carta:

"É profundamente desolador verificar que a seriedade de um jornal — como é a do JB — possa vir a ficar toda comprometida ao dar a lume um editorial como o de 30/8 sob o título *Rumo ao Impasse* à fl. 10, pela absoluta falta de veracidade no que ali se afirma.

Nele se vê: "Não é de estranhar que, chegada a hora de apresentação do anteprojeto pela Comissão de Sistematização, um ato de traição fique impresso nos anais da Constituinte. O relator desse trabalho, deputado Bernardo Cabral, fez um acordo com as Forças Armadas, por intermédio do ministro do Exército, a respeito do que deveria figurar sobre anistia no texto da Constituição. O senador Fernando Henrique foi testemunha do acordo e estava presente quando o relator, em cima da hora, cedeu às facções de esquerda e incluiu no trabalho final uma alteração que violava o combinado: "Eu acolho a proposta", declarou o relator. Imediatamente advertido sobre as consequências pelo líder do PMDB, Fernando Henrique Cardoso".

É mais adiante: "O deputado Bernardo Cabral comportou-se evasivamente, do ponto de vista ideológico e político, até o ato de ruptura do acordo sobre a anistia, incluída no anteprojeto na undécima hora".

Quero que toda a nação saiba — eis que darei conhecimento deste texto no plenário da casa legislativa à qual pertenço — de que não cedi a nenhuma facção e não traí nenhum acordo feito com o ministro do Exército sobre a anistia que deveria figurar no texto do substitutivo que apresentei. Até porque nunca recebi solicitação do ministro do Exército ou de qualquer outro ministro com esse objetivo, uma vez que sempre tive o privilégio de manter a independência do poder ao qual tenho a honra de integrar.

Ademais, em nenhum instante, o ministro Leônidas Pires Gonçalves a mim fez qualquer declaração, em público ou em particular, de ter eu traído acordos, e tampouco o senador Fernando Henrique Cardoso me "advertiu" sobre as consequências da anistia. Nem tinham ambos por que fazê-lo.

Portanto, a palavra traição é fruto de uma especulação — de nítida má fé —

que não se aplica, por qualquer ângulo, à minha atuação parlamentar ou profissional. Aliás, desafio a quem quer que seja que prove ter eu cometido o mais simples ato de ruptura de acordo sobre anistia.

A reunião com as facções de esquerda — como tantas outras realizadas com as de direita — ocorreu dentro do natural e recíproco respeito e teve, única e tão somente, como consequência, a alteração da redação anterior sobre o papel das Forças Armadas para a adaptação daquela de autoria do projeto da Comissão Afonso Arino. Alteração que me pareceu mais apropriada e da qual assumo total e inteira responsabilidade."

N. da R.: — A soberania da Constituinte não extingue o direito de crítica por parte dos cidadãos nem imuniza qualquer dos seus membros contra a apreciação de seus atos. O deputado Bernardo Cabral pretende defender o seu comportamento como relator da Comissão de Sistematização negando os próprios episódios, que são do domínio público, a respeito da anistia. O JORNAL DO BRASIL entende do seu dever — como parcela da sociedade — de exercer a crítica dos atos e tendências assinalados na Constituinte.

Brasília — Luiz Antônio

Plínio Marcos lidera pressão de artistas pelo fim da censura

BRASÍLIA — O ator e teatrólogo Plínio Marcos quebrou o protocolo do Congresso e enfrentou os constituintes capitaneando o lobby dos artistas contra a censura prévia aos espetáculos e na defesa da regionalização na programação das emissoras de televisão, além da descentralização dos meios de Comunicação. A maratona dos artistas incluiu um bate-boca com a católica Cora Mena Barreto, que defende a censura, e uma discussão de Plínio Marcos com o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral.

Cabral tentou evitar o encontro, mas, apanhado, reagiu às críticas a seu relatório: "Vocês estão querendo partir para a agressão." Plínio havia dito que "o estado está querendo tomar até a nossa graninha", em referência ao artigo que cria um órgão estatal para arrecadar os direitos autorais, hoje cobrados pela Sbat (Sociedade Brasileira de Autores Teatrais), entidade civil.

Só às seis da tarde o grupo de músicos, atores, pintores e autores conseguiu conversar com Ulysses Guimarães, que seguia para o plenário e foi cercado no corredor de acesso ao Salão Verde. Ouviu atentamente a veterana atriz Lélia Abramo argumentando que "o povo brasileiro já está suficientemente maduro para escolher livremente os espetáculos que deseja ver" e prometeu: "Vocês podem contar comigo".

O grupo tinha audiências marcadas com Ulysses e Bernardo Cabral, mas teve que se impor, cercando-os estrategicamente. O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, que se recusou a marcar audiência, não foi poupado do cerco. No encontro forçado, tomou posição contra a censura prévia mais fez uma ressalva: "Tenho compromisso com a cultura, mas não concordo com certas concepções de cultura." Não explicou quais.

Cabral também se manifestou "contra a censura", que não está explicitada no seu relatório, embora um texto sutil defenda a livre manifestação do pensamento desde que não agrida a ordem democrática e, no caso das publicações e exposições, não seja "contrária à moral e aos bons costumes". É principalmente contra essa definição que os artistas se batem.



Marcos (D) teve de enfrentar uma representante do lobby católico pró-censura (E)

Censores fazem campanha para ficar

BRASÍLIA — Os censores brasileiros de hoje acham que unidos dificilmente serão vencidos. Por isso, nesta reta final, intensificam o paciente lobby "de esclarecimento" que vêm fazendo há um mês junto aos constituintes para evitar a extinção da censura. A ordem de comando parte da recém-criada Associação Nacional dos Censores Federais (Anacen), entidade que congrega os 219 profissionais do ramo e que nasceu a partir da campanha de arrecadação das 67 mil assinaturas de apoio à emenda popular defendendo "a manutenção da censura aos espetáculos de diversão pública vinculada à polícia federal".

"Se sairmos vitoriosos da Constituinte, vamos lutar pela elaboração de uma legislação única para a censura, que aten-

da o atual estágio da sociedade brasileira", anuncia Arésio Teixeira Peixoto, presidente da Anacen. Os censores reclamam das dificuldades de exercer seu ofício pelo verdadeiro emaranhado de leis, decretos e regulamentos sobre a matéria.

"Temos, por um lado, o decreto que regulamenta a censura, que é de 1946, quando ainda nem tinham inventado a televisão e, por outro, um decreto do então presidente Jânio Quadros, de 1961, proibindo o biquíni na tevê", diz.

A verdade é que se a censura acabar, a já sobrecarregada máquina da administração pública federal teria dificuldades em absorver 219 funcionários sem função. Eles acham que têm uma missão a cumprir: "Defender os menores e os

valores familiares", o que usam para justificar o trabalho de conscientização dos parlamentares sobre o verdadeiro papel da censura. Mas, refletindo os ventos de moderada liberalidade que afirmam soprar no seio da classe, chegam a achar que o projeto do relator Bernardo Cabral peca, em alguns momentos, por excesso.

"Acho que nosso trabalho funcionou até demais, porque existe um rigor excessivo nesse texto. Nós queremos o meio termo: nem extremo rigor, nem permissividade", define Viviane Mendonça, secretária da entidade.